

LINGUÍSTICA APLICADA: CIÊNCIA QUE VALORIZA OS SABERES SOCIAIS E CONTRIBUI PARA UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE NO BRASIL

APPLIED LINGUISTICS: SCIENCE THAT VALUES SOCIAL KNOWLEDGE AND CONTRIBUTES TO QUALITY EDUCATION IN BRAZIL

Agdália Gomes dos Santos 1

Resumo: O presente artigo objetiva-se em frisar o valor social, cultural, histórico e político de um povo por meio da Linguística Aplicada, ciência que trabalha com a prática das linguagens na sociedade. Tal, ênfase mostra o papel da linguística aplicada no meio social, principalmente nos âmbitos escolares onde media os diversos contextos sociais com o letramento escolar e assim constitui para um ensino de qualidade, uma vez que auxilia os sujeitos a construir seus próprios saberes, tornando-os reflexivos e responsivos a partir de suas respectivas experiências culturais, tecnológicas, dentre outras. Nestes aspectos, a metodologia utilizada é a bibliográfica por meio de leituras de livros, artigos e dissertação, através do método qualitativo por ser uma discussão sobre as práticas humanas. E tem como resultado a confirmação por meio das teorias de que a Linguística Aplicada é a ciência que trabalha efetivamente na sala de aula mediando as práticas sociais com os conteúdos e assim, constituindo e contribuindo para a elaboração de uma educação de qualidade que é o direito fundamental de todo sujeito independentemente de sua classe social, cor, raça ou etnia, porque considera tanto a língua quanto a fala como fatos sociais permeados de peculiaridades dos sujeitos, ou seja, trabalha com a heterogeneidade e a diversidade, desconsiderando a ideia de homogeneidade em sala de aula e na sociedade.

Palavras-chave: Linguística Aplicada. Educação. Direito Fundamental. Aluno e Professor.

Abstract: This article aims to emphasize the social, cultural, historical and political value of a people through Applied Linguistics, a science that works with the practice of languages in society. Such emphasis shows the role of applied linguistics in the social environment, especially in school environments where it mediates the various social contexts with school literacy and thus constitutes a quality education, as it helps subjects to build their own knowledge, making them reflexive and responsive ones from their respective cultural, technological, and other experiences. In these aspects, the methodology used is bibliographical through readings of books, articles and dissertations, through the qualitative method as it is a discussion about human practices. And it results in the confirmation through theories that Applied Linguistics is the science that works effectively in the classroom, mediating social practices with content and thus, constituting and contributing to the development of a quality education that is the right fundamental of every subject regardless of social class, color, race or ethnicity, because it considers both language and speech as social facts permeated by the subjects' peculiarities, that is, it works with heterogeneity and diversity, disregarding the idea of homogeneity in the classroom and in the society.

Keywords: Applied Linguistics. Education. Fundamental right. Student and teacher.

Graduada em Letras pela Faculdade Integrada de Ensino Superior de Colinas/TO (FIESC). Pós-graduada em Docência Superior em Metodologia Ativa de Aprendizagem no Centro Universitário Uni América. Mestranda em Ensino de Língua e Literatura pela Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). Bolsista CAPES.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2910264398684774>.
E-mail: agdaliasousa@hotmail.com

Introdução

O presente artigo tem como escopo frisar o valor social, cultural, histórico e político de um povo através da visão da Linguística Aplicada na prática das pessoas na sociedade. Mostrando que qualquer saber científico produz mudanças quando surte efeito na vida dos cidadãos enquanto agentes autônomos capazes de construir seu próprio mundo.

Assim sendo, a questão problema é: Como a Linguística Aplicada contribui para uma educação de qualidade nas salas de aulas brasileiras? _ A hipótese inicial é a de a Linguística Aplicada pode mediar os conteúdos formais aos diversos contextos sociais dos alunos em sala de aula, possibilitando o surgimento de novas sociedades por meio de uma educação que respeita e valoriza as crianças, os jovens e os adultos na condição de aprendizes ou que aprendem e elaboram diferentes contextos e cenários de vida.

Porém, tal realidade somente nascerá quando os educadores se posicionarem como mediadores, pesquisadores e formadores de consciência, valorizando seus educandos que sofrem com as várias subtrações de bens materiais e de valores, os quais não podem ser golpeados com conteúdo que em nada acrescenta.

Nesta perspectiva, que se justifica defender a linguística aplicada como uma ciência que pode trazer a transformação social, já que trabalha com a língua/linguagem, instrumento que efetiva a interação entre os falantes e elabora diversos contextos sociais, culturais, políticos e históricos de geração a geração.

E para melhor compreender está mediação diferenciada em sala de aula é descrito conceitos de educação, didática, linguística aplicada e dá ênfase aos direitos fundamentais abordados pela Constituição Brasileira de 1988. Assuntos estes que se conectam na tentativa de explicar que as Escolas como Instituições formais de ensino através de seus profissionais podem fazer a diferença, mostrando aos discentes que os conteúdos ensinados são universais nos âmbitos escolares de acordo com as séries, mas que estes podem ser estudados e aprendidos por todos dentro dos diferentes mundos ou contextos vivenciados.

Assim, instigar os educandos a serem autônomos e construtores da realidade de suas respectivas gerações, lutando sempre para a execução dos direitos fundamentais constituídos legalmente pela Carta Magna, para que estes deixem de ser apenas teoria e passem valer para/em prol das pessoas que constituem a sociedade.

O que é educação?

Conforme José Carlos Libâneo (1994) a educação corresponde a toda modalidade de influências e inter-relações que afluem na formação da personalidade do sujeito, no que diz respeito ao social, caráter, o que alude valores, ideais, ações e estas podem se tornarem ideologias morais, políticas e princípios na vida cotidiana.

A teoria de Libâneo (1994) mostra que a educação é uma instituição social que funciona numa determinada sociedade, num determinado momento histórico. É um produto que resulta dos objetivos sociais e políticos, sendo um processo gradativo de formação tanto na história quanto na personalidade através de instruções e ensino.

Interessante ponderar que existe uma diferença entre instrução e ensino, sendo que a primeira significa formação intelectual, desenvoltura da capacidade cognitiva e domínio dos conhecimentos sistematizados. Enquanto que o ensino são ações, meios e condições para realizar o ato de instruir.

Educação é um direito fundamental que nasceu nos primórdios não com este nome, mas com ações disseminadoras de atos educativos com escopo de auxiliar as pessoas em suas relações de convivência através do respeito, da ajuda mútua e enfim elas se ajudavam e realizavam suas tarefas, como nos mostra Castilho (2010, p.18) “os primeiros grupos são organizados primeiramente de acordo com as tarefas, com os deveres, ou seja, com aspecto utilitário que cada integrante representa para o grupo. Portanto, primeiro os deveres, depois os direitos”.

Nesta perspectiva, o aprender na antiguidade era de obras e lutas para a própria sobrevivência, pode-se dizer que a educação teve sua origem no processo social, segundo Cicone (2016) o ato de educar era um procedimento de apropriação de conhecimentos, valores, hábitos, comportamentos e outros.

Nota-se que tanto a educação quanto outros direitos fundamentais nasceram nas constituições das várias sociedades para atender as dificuldades apresentadas pelos povos. Como escreve Castilho (2010) sobre a democracia e cidadania advinda pelos direitos humanos inserido em várias cartas magnas, tais como: Estados Unidos, Inglaterra, França, México, Brasil e outras. Mas, as mais relevantes foram do México e porque não dizer que a Constituição brasileira também é democrática por redigir vários direitos fundamentais, os quais trazem melhorias e qualidade de vida, embora muitos não sejam praticados e outros existem como meio termo.

Dentro deste contexto, se destaca a educação escolar, a qual nasceu de forma dualista ou dividida, pois nos primórdios o ensino de qualidade era voltado para a elite, na qual os filhos precisavam ser bem instruído com intuito de domínio e os descendentes da classe baixa apenas o ler e o escrever para serem funcionais na leitura e escrita com o objetivo de continuarem sendo dominados.

Pois, de acordo com Cicone (2016), a educação cumpria seu papel em atender os diferentes interesses, visto que na Grécia Antiga somente os donos de terras, comerciantes ou a elite poderiam ter acesso ao ensino sistematizado, e os demais apenas informalmente; Em Roma, época da sociedade escravagista a elite tinha uma boa educação e os funcionários e outros apenas o básico; No período feudal o ensino tinha prioridade com os religiosos da igreja católica, os quais ajudavam os monarcas nas colonizações de outras terras através da catequização de pessoas ao cristianismo e por fim no Renascimento, no humanismo e com a reforma protestante nasce novas formas de conhecimento, liberdade de expressão e novas perspectivas pedagógicas.

Todavia, o Renascimento não erradica o dualismo ou as diferenças na educação, dominantes e dominados. Como enfatiza Cicone (2016, p. 17):

Esse dualismo educacional proporciona processos de desenvolvimentos humanos distintos em que, preponderantemente, alguns são privilegiados com formações culturais mais universais enquanto outros se brutalizam com as suas formações parciais, fragmentadas. Vale destacar que isso, não pode ser absoluto. Sabemos que a alienação e brutalização estão presentes, assim como as contradições sociais proporcionam formas de acesso à cultura geral por parte daqueles que sempre estiveram à margem, permitindo experiências que colaboraram e colaboram para uma formação mais ampla e crítica da sociedade. Se a educação está diretamente relacionada com a sociedade, é fundamental compreendermos que cada momento histórico demandou formas adequadas de educação, assim como a educação também proporcionou à humanidade ir além de suas condicionalidades exigindo um ser social mais complexo.

Em outras palavras, existem direitos humanos ou fundamentais que são efetivados de forma fragmentada, como é o caso da educação escolar até aos dias atuais, pois existe o ensino para a classe baixa e o ensino para classe média e alta. Mas, com a luta de muitos estudiosos o cenário educacional tem sofrido mudanças de tendências pedagógicas, legislações e enfim muitas movimentações tem acontecido para a melhoria da qualidade do ensino. Pois conforme a Constituição brasileira de 1988 em seu art. 205 “a educação é um direito de todos, visando o pleno desenvolvimento da pessoa [...]”.

E de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases 9394/96, cap. III, art. 2º, “[...] a educação é dever da família e do Estado e tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando”.

Porém, em toda a história da educação brasileira é percebido a não prioridade de investimentos como relata Cicone (2016), o qual explica que é impossível pensar em qualidade e melhorias sem recursos, sem aumento do número de vagas, sem políticas inclusivas (cotas sociais e raciais) e principalmente sem governo vinculado aos desejos e necessidades da população.

Deste modo, é plausível dizer que a educação são os ensinamentos e aprendizados de cada

povo em suas respectivas épocas ou momentos sociais, históricos e culturais.

Didática escolar: ponto de partida para mudanças extraordinárias na sociedade

Segundo Libâneo (1994, p. 54) “O objeto de estudo da didática é o processo de ensino, campo principal da educação escolar”. Então, dentro do sistema educacional existe regras, métodos de mediar o ensino ou as ações de um conteúdo, ou seja, é necessário que o educador como profissional da educação saiba conduzir os atos de metodologia pedagógica para obtenção de sucesso em suas aulas.

Este saber conduzir se remete a questão de transformação e construção de uma sociedade confortável aos seus cidadãos, como Almeida (2000) argumenta que o sistema educacional não busca professores com competência em transmitir conteúdos e nem com as tecnologias utilizadas para fazer isso, mas sim profissionais que tenham como metas mudar paradigmas para formar cidadãos críticos, autônomos capazes de construir seus próprios saberes.

Como reforça Freire (1994) que o professor deve ser aquele trabalhador que tenha como preocupação o aprendizado e a desenvoltura do aluno. Sendo que para isso este deve estar sempre estudando, buscando e agindo como um aprendiz que ensina e também aprende e nunca ser o sabe tudo, mas um eterno pesquisador das didáticas, das metodologias pedagógicas e os conteúdos das disciplinas que trabalham.

Assim, é perceptível a relevância do educador na mediação do ensino-aprendizagem, para potencializar, guiar e orientar no uso de ferramentas tecnológicas e na busca de conhecimento. Mas, só existe esta possibilidade quando este profissional recebe subsídios em sua formação intelectual, pois se esta foi bem-feita o professor é capaz de reconhecer e propor mudanças em seus planejamentos e conseqüentemente revolucionar as políticas educacionais, as quais são demonstradas através das ações do educando como colaborador e cúmplice do processo de aprendizado e não um mero depósito.

Então, o direcionamento do ensino é a didática, a qual Batista (2017) conceitua da seguinte forma:

[...] a didática se apresenta como um dos ramos de estudo da pedagogia, isto é, a pedagogia é uma ciência que investiga a teoria e a prática da educação, e a didática é uma disciplina que estuda os objetivos, os conteúdos, os meios e as condições do modo da ação pedagógica na escola, mas não restrita ao espaço da sala de aula, pois é multidimensional, e o seu processo educativo tem uma ação mais global que visa preparar o aluno para a participação na vida em sociedade (BATISTA, 2017, p.10).

Mas, será que a educação através da didática utilizada em sala de aula e no meio social tem conseguido alcançar os sujeitos de forma eficaz e eficiente, onde estes possam agir com criticidade e autonomia? _ A realidade da maioria da sociedade brasileira mostra um grande índice de violência e de criminalidade que a educação ainda está longe de cumprir com seu papel de agente transformadora. Por quê? De acordo com Leal (2003)

Ainda somos um país de silenciados ou de pessoas que mesmo lendo ou escrevendo, são analfabetas em relação às suas expectativas de vida, de seu bairro de seu estado, de seu país. Aprender a ler e escrever para sair da ignorância humana, para saber reivindicar e acreditar, saber fazer cooperar partilhar e viver esperanças (LEAL, 2003, p.126).

A autora mostra que as pessoas podem deixar a situação ou a condição de ignorante do conhecimento através da desenvoltura plena da leitura e da escrita para poder contemplar com clareza o ambiente vivenciado, porque o homem e a mulher são completos quando são oportunizados a ocupar seu espaço na política, na cultura e no meio social. Todavia, para se

efetivar estes direitos é necessário mudar a forma de direcionar e olhar a educação. Visto que esta deve ser igualitária no sentido de atender o sujeito numa mesma tipologia de conteúdo, mas atendendo as necessidades da realidade vivenciada pelo sujeito.

E a partir desta estratégia desvincular dos preconceitos enraizados sobre a classe social, a cor, raça e outros. Visto que todos são competentes, apenas vivem em situações sociais diferentes. O que por sua vez, traz interpretações equivocadas, como por exemplo, não mediar um conteúdo rico e pertinente por achar que as crianças e os jovens por serem pobres não irão entender, daí a seleção conteúdo rebuscado e de qualidade para o rico e o conteúdo pobre e sem pertinência para o pobre.

A didática da educação escolar precisa partir do princípio de que a inteligência do discente não pode e não deve ser subestimada pela situação social ou cor de pele, visto que todos possuem a mesma competência de aprender o mesmo conteúdo, a diferença consiste nos recursos que os sujeitos possuem sendo eles pobres ou ricos.

Mas, tal desigualdade de acesso as tecnologias digitais da informação e da comunicação (TDICs) ou ferramentas que trazem facilidade e conforto não pode continuar se eternizando e criando cada dia mais, um abismo, efetivando a educação do pobre e educação do rico.

Origem da linguística aplicada

Para falar da linguística é preciso frisar que a sua origem¹ está ligada as discussões sobre a linguagem, que é desde os primórdios, mas aqui é realizada uma retrospectiva das gramáticas, as quais tiveram uma trajetória por séculos devido a elaboração delas em diferentes línguas, como por exemplo, a grega que foi traduzida para língua latina e após esta houve uma explosão de produções gramaticais em diferentes línguas, especialmente na espanhola.

Destarte, o mundo latino trouxe a discussão sobre a unificação da língua através da linguagem escrita representada pela gramática e o dicionário, ambos são tecnologias da escrita desde a antiguidade e permanece até atualidade. E a partir desta base nasceram a história das ideias linguísticas, ou seja, primeiro a ideologia da lógica por Aristóteles que foi implementada por Port Royal em sua gramática racional e Ferdinand Saussure em 1916 no século XIX, através da sua obra “Curso de Linguística Geral, publicada postumamente pelos seus seguidores. Assim, Saussure trouxe o debate ou deslocamento da ideia de linguagem para a linguística teórica ou estruturalista, explicada pelo signo e significado, também reforçado por Pierce em 1920 com a semiótica com o estudo dos signos.

Já na segunda Guerra Mundial em 1945, conforme Elisa Ribeiro (2020)² o termo, Linguística aplicada, surge como método de ensino de línguas estrangeiras para os soldados, mas como estudo da língua/linguagem no Brasil surge em 1960 com uma das precursoras, Maria Antonieta Alba Celani, com a finalidade de ensinar a língua inglesa. Contudo, foi a partir de 1980 que houve os primeiros estudos sobre a relação da linguagem com o mundo social ou os letramentos, denominada como linguística aplicada.

Kleiman (2005) ressalta que com a preocupação de vários pesquisadores com a falta de um conceito para definir os aspectos sócio históricos com o uso da escrita, surge o termo letramento na década de 80 para diferenciar do trabalho da alfabetização ou das habilidades técnicas individuais.

E de letramento passa a ser letramentos, de acordo com (Silva, 2018, p. 83): “surge a compreensão de que o letramento não é unívoco nem neutro, mas apresenta uma dimensão plural (letramentoS) e não se restringe apenas à escrita. Ou seja, estende-se aos diferentes usos da oralidade, da escrita e suas tecnologias nas práticas sociais”.

Isso acontece devido a multiplicidade das culturas e das semioses ou dos múltiplos letramentos (saberes distintos), que constitui por sua vez a pedagogia dos multiletramentos pensada pelo Grupo Nova Londres em 1996 e dentro desta complexidade de conhecimentos multiplica-se também a quantidade de gêneros textuais para atender as inúmeras demandas sociais

1 MARTELOTTA, Mário Eduardo (org). Manual de Linguística. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2018.

2 RIBEIRO, Ana Elisa. Café com Linguística – Linguística Aplicada. Disponível no site: <https://www.youtube.com/watch?v=iZfS7o3qL2I>. Acesso em: 10 agosto de 2021.

da globalização tecnológica em avanços constantes no que diz respeito à leitura e a escrita ou nas interações das pessoas. Segundo Rojo (2012), “[...] pedagogia dos multiletramentos foi, em 1996, afirmada pela primeira vez em um manifesto resultante de um colóquio do Grupo de Nova Londres [...] um grupo de pesquisadores dos letramentos, [...] reunidos em Londres”.

Moita Lopes (1994) evidencia que as pesquisas em Linguística Aplicada, devem compreender a pluralidade de vozes que agem no meio social, as quais podem ter relações de subjetividade, ideológicas, de poder e outras.

Destarte, se observa que os avanços tecnológicos existem e estão presentes em todas as áreas da sociedade, atuando como a paisagem do mundo globalizado e contribuindo na pluralização das ideias. Todavia existem milhares de pessoas que não tem acesso, ficando excluídos por não terem acesso diário as máquinas, devido suas condições sociais, e com a escrita e leitura a situação não é diferente. Pois, “existem grupos periféricos ou à margem do conhecimento do ler e escrever”, conforme afirma Moita Lopes (2014).

A relevância da Linguística na Educação contextualizada e de Qualidade

Segundo Dourado (2009) conceituar a educação de qualidade é complexo por esta ter uma polissemia de significados, pois a mesma pode ser de qualidade do ponto de vista social quando contribui para igualdade e no olhar econômico a qualidade se refere a eficiência no uso dos recursos dispostos ao sistema educacional.

E seguindo este raciocínio é possível afirmar que quando se fala em melhoria educacional escolar logo se pensa na condição de ensino e este precisa ser igualitário enquanto conteúdo e adequado a cada contexto dos seus usuários, pois enquanto a didática e metodologias pedagógicas continuarem “excluindo” e subestimando os saberes dos grupos “minoritários”, a sociedade brasileira nunca se desenvolverá com plenitude, visto que estas classes são numerosas e podem fazer a diferença se forem bem direcionadas em seus estudos intelectuais.

A complexidade social requer que a educação através da Instituição escolar e do ensino das disciplinas transponha os muros através de aulas investigadoras e dialógicas em busca da criticidade necessária como cidadãos que pensa e produz. Segundo Kleiman (2005):

A complexidade da sociedade moderna exige conceitos também complexos para descrever e entender seus aspectos relevantes. E o conceito de letramento surge como uma forma de explicar o impacto da escrita em todas as esferas de atividades e não somente nas atividades escolares (KLEIMAN, 2005, p. 6).

A partir deste entendimento percebe-se que o trabalho com a escrita deve ser diversificado para que o educando não fique restrito a uma única escrita e leitura, mas sim as várias escritas e leituras de textos, de obras de artes e enfim das diversidades, por isso a escola não pode fechar a visão de mundo do aluno, como afirma Kleiman (2005)

[...] nossas capacidades de ação, que mudam de acordo com a situação, tem uma consequência importante na reflexão sobre o trabalho escolar. Se tudo o que o aluno costuma escrever é o gênero redação escolar — se choveu, redação “A chuva”; se é época de volta às aulas, redação “Minhas férias”; se é segunda-feira, redação “Meu fim de semana” —, como podemos esperar que ele seja capaz de redigir uma carta a uma editora solicitando ajuda (como catálogos, informações, livros) para organizar uma feira de livros na escola? (KLEIMAN, 2005, p. 32)

Diante desta ideia é possível defender a pedagogia dos multiletramentos, pois a mesma faz a junção dos inúmeros letramentos, e esta união pode ser visualizada com o uso da Internet ou letramentos digitais no ensino das diferentes áreas do conhecimento, que por sua vez é o contexto das crianças, dos jovens e adultos do mundo atual, principalmente com o uso do

celular.

Todavia, este instrumento, celular, é “abolido” da sala de aula, por não ser considerada uma ferramenta “didática” nas aulas tradicionais, mas que são essenciais no ensino atual, como defende Dudeney (2016)³. Entretanto, existe uma grande insegurança por parte dos profissionais, por serem dispositivos ou tecnologias integrantes das gerações recentes. Mas, neste aspecto torna-se mais interessante ainda, porque além de inovar, o educador estará destruindo o grande equívoco da ideia do “sabe tudo”, pois ninguém sabe tudo. Por isso, a educação atual e do futuro requer transformações de hábitos. De acordo com Lemke (2010, apud Rojo (2012)

[...] precisamos pensar um pouco em como as novas tecnologias da informação podem transformar nossos hábitos institucionais de ensinar e aprender”. Em vez de impedir/disciplinar o uso do internetês na internet (e fora dela), posso investigar por que e como esse modo de se expressar por escrito funciona. Em vez de proibir o celular em sala de aula, posso usá-lo para a comunicação, a navegação, a pesquisa, a filmagem e a fotografia. [...] as novas tecnologias vão, acredito, mudar o equilíbrio [...] “Paradigma de aprendizagem curricular: aquele que assume que alguém decidirá o que você precisa saber e planejará para que você aprenda tudo em uma ordem fixa e em um cronograma fixo”. O segundo, ele chama de “paradigma da aprendizagem interativa. Lemke (LEMKE,2010 [2008] citado por (ROJO,2012, p.26, 27);

É plausível afirmar que a instituição escolar através do professor não deve continuar olhando e tratando os discentes como se vivessem fora do tempo e do espaço, mesmo sendo aquele da convivência diária, segundo Kleiman (2005, p.33): “As práticas escolares presumem a existência de um sujeito independentemente do tempo e do espaço sempre o mesmo, seja ele o primeiro indivíduo a aprender a ler e a escrever na sua família e no seu bairro.”

Nesta discussão da autora, nota-se que o ser humano como sujeito está sempre em constantes mudanças, o que Moita Lopes (2008)⁴ denomina identidade fragmentada, pois segundo ele uma mesma pessoa pode assumir várias identidades no âmbito social, como por exemplo, uma mulher pode ser esposa, professora, negra ou branca, líder de movimentos sociais e enfim um mosaico. Como afirma Moita Lopes:

Em sociedades nas quais o sujeito social tradicionalmente definido como homogêneo foi re-descrito em termos de sua natureza fragmentada, processual, discursiva e performativa, não parece fazer mais sentido realizar pesquisa com base em teorias que o descorporificam e essencializam, apagando sua história, classe social, gênero, desejo, raça, etnia etc. Ou mantendo-o em espaços fechados e previamente determinados (MOITA LOPES, 2002, p.37).

É neste sentido que a linguística pode contribuir através do ensino da língua materna, a qual perpassa por todas as áreas do conhecimento de uma nação, oportunizando e respeitando as diversidades de classes sociais, culturais, raciais, étnicas, de desejos, de gênero e condição sexual. Por entender, que todos são dotados de inteligência e talentos, todavia distintos um do outro, mas, que precisam ser lapidados por uma escola justa.

Dubet (2004, p.547) diz: “O sistema justo, ou menos injusto, não é o que reduz as desigualdades entre os melhores e os mais fracos, mas o que garante aquisições e competências vistas como elementares para os alunos menos bons e menos favorecidos”. Destarte, as desigualdades existentes podem ser aceitáveis ou justas, quando estas não agravam as condições

³ DUDENEY, Gavin. Letramentos Digitais. Tradução Marcos Marconilo. 1.ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

⁴ MOITA LOPES, Luiz Paulo. Linguística Aplicada como lugar de construir verdades contingentes: sexualidades, ética e política. Gragoatá, n. 27, p.33-50, 2. sem. 2008.

dos fracos.

Resumindo, a educação de qualidade é aquela que prepara as pessoas para agir e pensar com autonomia, tal ação deve ser requerida em todos níveis escolares, desde a creche até as escalas mais altas dos estudos, mas para isso é preciso que as instituições escolares e universitárias se preocupem sempre com a elaboração de um projeto para trabalhar as heterogeneidades, com a formação dos educadores e as condições de trabalho que são submetidos.

A educação: um Direito Fundamental constituído pela Carta Magna a todos Cidadãos

Este direito fundamental da educação pode ser começado a discutir desde a redação da Constituição em seu art. 5º, onde ela descreve que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”.

E já no art. 6º a Constituição assevera que são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Observa-se que são garantidos igualdade e educação aos cidadãos, e é percebido no meio social que por mais falado e trabalhado a questão da equidade dos cidadãos, na realidade ainda não chegou a esta plenitude, pois existe a discrepância feita pelo preconceito enraizado entre ricos e pobres, brancos e negros, onde a ideologia classifica como “superior” e “inferior”. Tal concepção, interfere nas mediações de ensino no âmbito escolar por ser uma cultura ideológica enraizada na sociedade brasileira, o que por sua vez tem impedido a real democracia na desenvoltura do ensino, como explica Nicésio (2015)

Para que a educação tenha caráter democrático, é preciso que os alunos da escola pública tenham acesso ao mesmo conteúdo e ao mesmo tempo que os alunos de classe alta e ensino da iniciativa privada. Para competir no mercado de trabalho, é preciso dar as mesmas oportunidades a todos (NICÉSIO, 2015, p. 21).

Interessante, analisar que o repasse ou mediação de conhecimento de forma tímida e retraída aos alunos menos favorecidos financeiramente é o grande problema da exclusão⁵ da criticidade e do desenvolvimento individual e social, pois a subestimação de suas inteligências através de conteúdos “pobres” que impede a sociedade evoluir intelectualmente. Pois, o equívoco do achismo de que o menos favorecido ou pobre⁶ de bens materiais é também menos capaz que os melhores favorecidos materialmente falando, constitui o caos educacional que não consegue amenizar a violência, os crimes e enfim não alcança mudança social, cultural e política através da autonomia dos estudantes como cidadãos que são.

Mas, ao contrário disso cada dia é perceptível o aumento do grande índice da criminalidade, dos viciados em drogas lícitas e ilícitas, violência intensificada e principalmente a evasão escolar dos educandos, ou seja, a escola e a sociedade responsáveis pela educação de qualidade estão sendo vencidas por ideias históricas, de colonizadores e de políticos ditadores⁷, cultivadas a anos pela elite de que o pobre é o dominado e o rico o dominante, pobre deve aprender o básico e o rico ser dotado de grandes formações.

Conforme a Carta Magna (1988) a educação é um direito humano e que por consequência é capaz de apoiar os demais direitos humanos existentes. Já que através desta o sujeito pode se apoderar dos seus direitos fundamentais com outro dinamismo, como por exemplo: o

5 GENTILI, P. Pedagogia da exclusão: Neoliberalismo e a crise da escola pública. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

6 ROCHA. Sônia. Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata? Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

7 GENTILI, P. Educar na esperança em tempos de desencanto / Pablo Gentili, Chico Alencar. – 7. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2007

direito à vida exigindo qualidade para a mesma; da liberdade de expressão não de forma aleatória, mas consciente e com olhar crítico das discussões; o direito a igualdade independente da classe social, raça ou cor que pertença; o direito à segurança a não violência e a criminalidade e o direito à propriedade de adquirir bens materiais, intelectuais e de obter oportunidades que elevem o nível de vida.

Considerações Finais

A presente pesquisa, alcançou o objetivo de evidenciar o trabalho da linguística aplicada na mediação dos contextos sociais ou saberes dos educandos ao letramento escolar nas Unidades Escolares, desconstruindo a ideia de exclusão por causa de classe social, cor, raça e outros. Considerando que todos os discentes possuem inteligências, independentemente do grupo social ao qual pertence.

A discussão ora apresentada teve a finalidade de mostrar a relevância da educação na sociedade, enquanto agente de transformação intelectual, histórica, cultural, social, política e econômica de um povo. E enfatizar o papel da linguística aplicada como ciência que valoriza os acontecimentos sociais dos sujeitos em seus variados ambientes de convívio, especialmente no uso da língua.

Mas, o enfoque na linguística aplicada não foi específico ao ensino da língua neste trabalho, mas na sua capacidade de ver o ensino mediado entre conteúdo e contexto da prática do mesmo pelo educando. Nesta perspectiva, pode-se afirmar que a qualidade educacional só fluirá quando as inteligências das pessoas forem valorizadas independente do espaço ocupado por ela na sociedade e das suas características.

Interessante observar que tanto a educação quanto a linguística aplicada surgiram na humanidade como ferramenta de convivência social entre as pessoas, em outras palavras tiveram suas origens surgidas das necessidades cotidianas e práticas dos povos para melhor conviverem em grupo com seus diferentes conhecimentos, histórias e culturas.

Dentro deste contexto de reflexões percebe-se que a lacuna está no apego dos profissionais da educação a cultura de subestimar a inteligência dos menos favorecidos, mediando ensino empobrecido. Assim, o ponto de partida é alavancar a valorização dos diversos talentos existentes entre os estudantes das inúmeras instituições escolares espalhadas no Brasil inteiro, para que estes possam brilhar com autonomia de construção de uma sociedade mais justa, igualitária, democrática e com inovações que beneficiem a todos cidadãos de acordo com os direitos humanos e fundamentais como garante a Constituição Brasileira de 1988.

E assim as próximas gerações sejam livres de ranços danosos que tiram a dignidade de vida de milhões que hoje vivem em condição de analfabetos, analfabetos funcionais, sujeitos em situação de rua, favelados, viciados, criminosos, detentos, acovardados, dominados, alienados e enfim sem voz e sem vez numa nação tão rica e tão pobre ao mesmo tempo, porque a educação ainda não cumpre com o seu papel de dinamismo e evolução que deve ser e ter.

Por mais que muitos não creiam a única ferramenta eficaz de/para transformação social é a educação e não as armas como muitos acreditam que sejam. E neste contexto, a linguística aplicada necessita ser popularizada e reconhecida pela sociedade como uma ciência que trabalha com a prática da língua/linguagem na sociedade como instrumento de transformação e evolução, valorizando as diversidades de linguagens sociais, culturais, sexualidades e outros.

Em suma, este trabalho aqui apresentado é apenas uma síntese preliminar para instigar futuros trabalhos nas academias.

Referências

ALMEIDA, Maria Elizabeth de. Duas grandes linhas para a educação. In: _____. **Informática e Formação de Professores**. Brasília: Ed. Parma Ltda, 2000, v. 1. p. 23 – 37.

BATISTA, Valéria. **Didática**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A.2017.

BRASIL. Presidência da República. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Lei nº 9394/96. Brasília: 1996.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, Senado, 1988.

CASTILHO, Ricardo. **Direitos Humanos: Processo Histórico – evolução no mundo, direitos fundamentais: constitucionalismo contemporâneo**. São Paulo: Saraiva, 2010.

CICONE, Reinaldo Barros; MORAES, Leandro Eliel Pereira. **História da Educação**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A.2016.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F. **A qualidade da educação: perspectivas e desafios**. **Cad. CEDES**, Ago 2009, vol.29, n. 78, p.201-215. ISSN 0101-3262. Disp. site:https://unifesp.br/campus/gua/images/Apoio_Pedagogico/Projetos_Pedagogicos/PPC_Pedagogia_2017.pdf. Acesso em: 15 nov de 2021.

DUBET, F. O que é uma escola justa? In: **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 123, p. 539-555, set./dez. 2004.

DUDENEY, Gavin. **Letramentos Digitais**. Tradução Marcos Marconilo. 1.ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. São Paulo: Cortez, 1994.

GENTILI, Pablo. **Pedagogia da exclusão: Neoliberalismo e a crise da escola pública**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

_____. **Educar na esperança em tempos de desencanto** / Pablo Gentili, Chico Alencar. – 7. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

KLEIMAN, Angela B. **Preciso Ensinar Letramento? Não basta ensinar a ler e a escrever?** Campinas: UNICAMP, 2005.

LEAL, Leiva de Figueiredo Viana. **Leitura e escrita: exercício para a cidadania**. AEC.Rio de Janeiro, n.126. jan/mar.2003.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 13 Ed. São Paulo: Cortez, 1994.

MARTELOTTA, Mário Eduardo (org). **Manual de Linguística**. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2018.

MOITA LOPES, Luiz Paulo. **Identidades Fragmentadas: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula**. Campinas São Paulo: Mercado de Letras,2002. Disponível no site: <file:///D:/User/Downloads/Moita%20Lopes%20-%20Identidades%20Fragmentadas.pdf>. Acesso em 30 nov. 2021.

_____. **Linguística Aplicada como lugar de construir verdades contingentes: sexualidades, ética e política**. Gragoatá, Niterói, n. 27, p.33-50, 2. sem. 2008.

NICÉSIO, Guilherme Alves de Lima; et.al. **Políticas Públicas na Educação Básica**. Londrina: Editores e Distribuidora Educacional. S.A. 2015.

ROCHA. Sônia, **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ROJO, Roxane; MOURA, Eduardo. **Multiletramentos na Escola**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

SILVA, Cícero da. **Pedagogia da Alternância: práticas de letramentos em uma Escola Família Agrícola brasileira**. 2018. 232f. Tese (Doutorado em Letras: Ensino de Língua e Literatura) – Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2018.

Recebido em 15 de setembro de 2021.

Aceito em 08 de novembro de 2021.